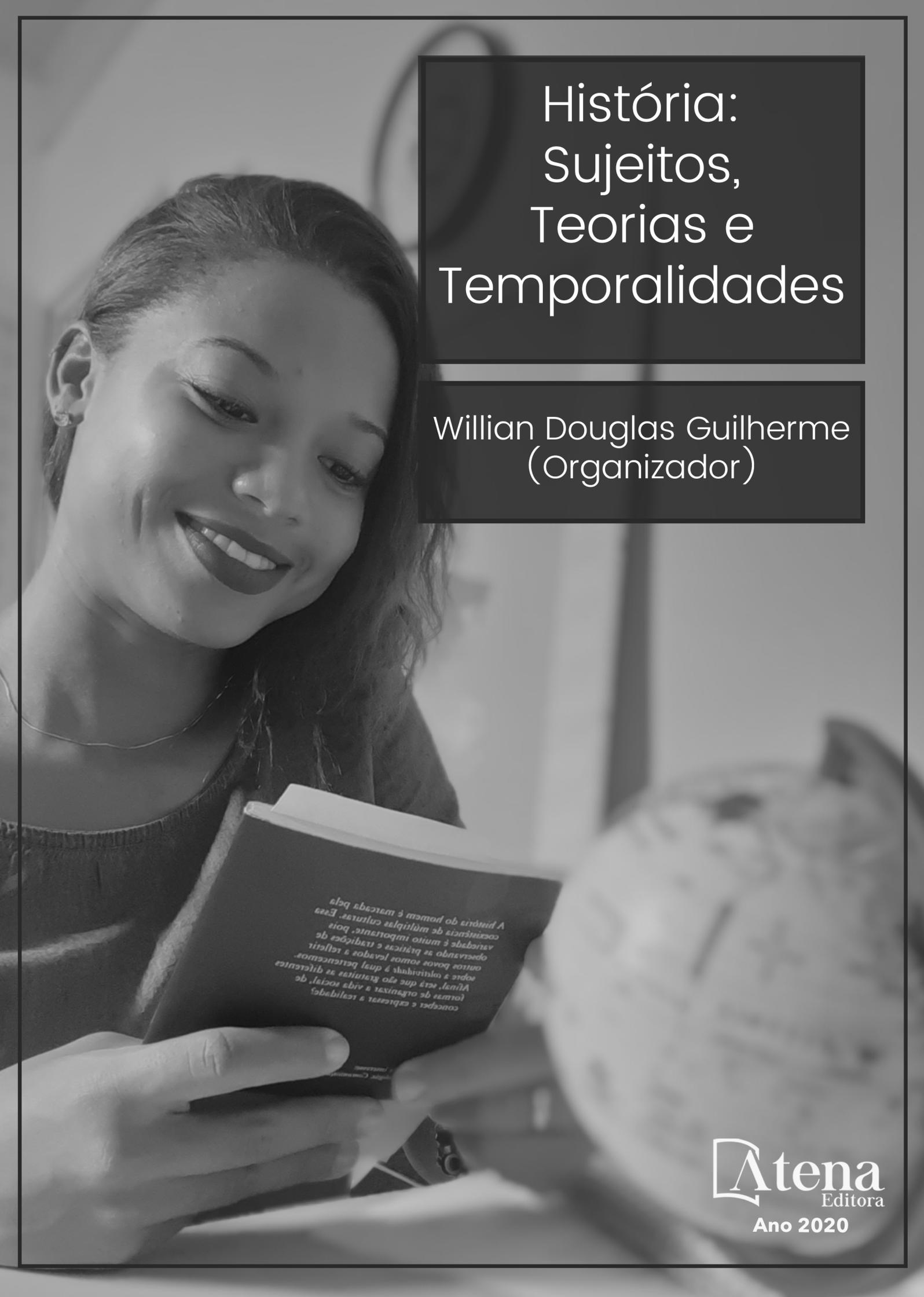


História: Sujeitos, Teorias e Temporalidades

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2020



História: Sujeitos, Teorias e Temporalidades

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

**Atena**
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Camila Alves de Cremo

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
H673	<p>História [recurso eletrônico] : sujeitos, teorias e temporalidades / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia. ISBN 978-65-5706-154-1 DOI 10.22533/at.ed.541200107</p> <p>1. História – Pesquisa – Brasil. 2. Historiografia. I. Guilherme, Willian Douglas.</p> <p style="text-align: right;">CDD 907.2</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

No e-book “História Sujeitos, Teorias e Temporalidades”, foram reunidos quinze artigos que fazem um debate historiográfico em torno dos sujeitos, teorias e temporalidades. Os artigos foram dispostos em cinco grupos.

No grupo um, são três artigos. O primeiro, trazendo um novo olhar sobre a colonização da então capitania de Minas Gerais no século XVIII. O segundo, discute a Lei de Terras em 1850, transitando entre as famílias ricas e pobres. O terceiro, fala sobre o movimento integracionista europeu a partir da segunda metade do século XX.

No grupo dois, os artigos discutem o sofrimento em Nietzsche, o sujeito moderno em Voltaire e o papel da memória como fonte para a história.

No terceiro grupo, são quatro artigos. O primeiro apresenta a investigação baseada na obra de Gustavo Barroso e propõe um estudo dos termos patriotismo e nacionalismo. O segundo texto traz uma reflexão sobre educação patrimonial tendo como su eito, inusitadamente, o Exército Brasileiro. O terceiro, ressalta a atuação do ex-Senador Eduardo Suplicy com referência aos temas cidadania e Programa de Garantia de Renda Mínima. Por fim, são trazidas as influências sofridas por Sérgio Buarque de Holanda em parte de suas obras.

Para o quarto grupo iniciamos com um estudo baseado nos diários de campo de Frederick Starr em suas viagens comerciais ao Congo nos anos de 1905 e 1906. Seguimos com um interessante estudo que entrelaça religiosidade e Marco (Colonial) de Touros, de 1501, localizado no Rio Grande do Norte. Fechando este grupo, um estudo de caso realizado entre os anos de 2012 e 2014, na cidade Cachoeira da Serra/PA, demonstrando o avanço da “contra-reforma-agrária” sobre a Amazônia.

O quinto grupo fechamos com dois artigos. Iniciando com um texto provocante sobre os lugares de sociabilidade em Recife na segunda metade do século XIX. E fechando o quinto grupo e a obra, é apresentada a Companhia Têxtil Brasil Industrial, então localizada na cidade de Paracambi/RJ e sua importância para a história da cidade e do Brasil.

Desejo boa leitura a todos!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A FACE OCULTA DA COLONIZAÇÃO: MEDIDAS DE CONTENÇÃO À MISCIGENAÇÃO NA CAPITANIA DE MINAS GERAIS (1719-1732)	
Hilton César de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.5412001071	
CAPÍTULO 2	12
A LEI DE TERRAS DE 1850 NO CENTRO DA DISCUSSÃO: UM ELO COERCITIVO SOBRE AS FAMÍLIAS LIVRES E POBRES	
Leandro Neves Diniz	
DOI 10.22533/at.ed.5412001072	
CAPÍTULO 3	23
A INTEGRAÇÃO EM DISPUTA: MOVIMENTO HISTÓRICO E PERSPECTIVAS SOBRE O PROCESSO INTEGRACIONISTA EUROPEU	
Daniel Wanderley Caliman	
DOI 10.22533/at.ed.5412001073	
CAPÍTULO 4	35
O PROBLEMA DO SOFRIMENTO EM NIETZSCHE	
Gabriela Ferraz Costa	
DOI 10.22533/at.ed.5412001074	
CAPÍTULO 5	49
O SUJEITO MODERNO EM VOLTAIRE	
Dagmar Manieri	
Elias Rocha Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.5412001075	
CAPÍTULO 6	58
TEMPO, MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: REFLEXÕES SOBRE AIMÉ BOMPLAND	
Alessandra da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5412001076	
CAPÍTULO 7	64
PERSONIFICAR A NAÇÃO – NARRATIVA HISTÓRICA E ESCRITA BIOGRÁFICA EM GUSTAVO BARROSO	
Erika Morais Cerqueira	
DOI 10.22533/at.ed.5412001077	
CAPÍTULO 8	74
REFLEXÕES SOBRE OS LUGARES DE MEMÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: AS INICIATIVAS DO EXÉRCITO BRASILEIRO	
Ivan de Freitas Vasconcelos Junior	
DOI 10.22533/at.ed.5412001078	

CAPÍTULO 9	86
A CIDADANIA E O PROGRAMA DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA: AS IDEIAS DO SENADOR INTELECTUAL EDUARDO SUPLICY (1990-2006)	
Glauber Eduardo Ribeiro Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.5412001079	
CAPÍTULO 10	96
SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA: ENTRE O HISTORICISMO ALEMÃO E OS ANNALES	
André Augusto Abreu Villela	
DOI 10.22533/at.ed.54120010710	
CAPÍTULO 11	113
COMÉRCIO, CONHECIMENTO E CULTURA: AS SOCIEDADES CENTRO-AFRICANAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX A PARTIR DOS TESTEMUNHOS DE FREDERICK STARR	
Paulo Roberto Firmino Marques	
DOI 10.22533/at.ed.54120010711	
CAPÍTULO 12	126
O MARCO DE TOUROS: UM SÍMBOLO DA RELIGIOSIDADE POPULAR	
José Willians Simplício da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.54120010712	
CAPÍTULO 13	141
TERRITORIALIDADE, IDENTIDADE E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO SUDOESTE PARAENSE	
Karina Andréa Tarca	
DOI 10.22533/at.ed.54120010713	
CAPÍTULO 14	154
RESTAURANTES E CAFÉS: OS LUGARES DE SOCIABILIDADES E GASTRONOMIA NO RECIFE DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX	
Eliza Brito Santos	
DOI 10.22533/at.ed.54120010714	
CAPÍTULO 15	167
UMA PROPOSTA PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL DA <i>COMPANHIA TÊXTIL BRASIL INDUSTRIAL</i> EM PARACAMBI - RJ	
Angelissa Tatyane de Azevedo Silva	
Davi Pereira Romeiro Neto	
DOI 10.22533/at.ed.54120010715	
SOBRE O ORGANIZADOR	184
ÍNDICE REMISSIVO	185

A FACE OCULTA DA COLONIZAÇÃO: MEDIDAS DE CONTENÇÃO À MISCIGENAÇÃO NA CAPITANIA DE MINAS GERAIS (1719-1732)

Data de aceite: 01/06/2020

Hilton César de Oliveira

Universidade Estadual de Minas Gerais -UEMG

Faculdade de Educação, Campus BH

RESUMO: o presente artigo busca trazer a lume parte dos resultados de minha pesquisa de pós-doutoramento realizada no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Seu mote principal é retratar o modo como a autoridade da Coroa se estabelece na capitania de Minas Gerais, sobretudo, durante o governo de dom Lourenço de Almeida (1721-1732). Ainda que já sinalizada no final da administração de seu antecessor - o governador dom Pedro de Almeida Portugal - o problema do avanço da população mestiça já se fazia presente na redação das correspondências oficiais trocadas entre o governo das Minas, o Conselho Ultramarino e a Coroa. Com a posse do novo governador em 1721, é deflagrada uma campanha contra as uniões livres, como um modo de tolher a mestiçagem. Para isso procurou-se difundir de modo deliberado o sacramento do matrimônio, fazendo-se que para tal fossem tomadas várias medidas dentre as quais: a imigração de casais das ilhas

africanas, o impedimento de que mulheres fossem para o reino tornassem freiras, o uso de pastorais e visitas dioceses como forma de coerção ao concubinato.

PALAVRAS-CHAVE: Colonização, autoridade, família, casamento, mestiçagem

ABSTRACT: this article seeks to bring to light the result of my postdoctoral research carried out in the Postgraduate Program in History at the Federal University of Minas Gerais. Its main motto is to portray the way in which the authority of the Crown was established in the captaincy of Minas Gerais, especially during the government of Dom Lourenço de Almeida (1721-1732). Although already signaled at the end of the administration of his predecessor - Governor Dom Pedro de Almeida Portugal - the problem of the advancement of the mestizo population was already present in the drafting of official correspondence exchanged between the government of Minas, the Overseas Council and the Crown. With the inauguration of the new governor in 1721, a campaign against free unions was launched, as a way to curb miscegenation. For this purpose, the sacrament of marriage was deliberately disseminated, with the result that several measures were taken, among which: the immigration of couples from

African islands, the impediment of women going to the kingdom to become nuns, the use pastoral and diocese visits as a form of coercion to concubinage.

KEYWORDS: Colonization, authority, family, marriage, miscegenation

A colonização da área compreendida pelo atual Estado de Minas Gerais teve início com o deslocamento populacional originado do reino, do nordeste da América Portuguesa, sobretudo, a partir do recôncavo baiano e de São Paulo, cujos bandeirantes assumiram seu protagonismo (Antonil, 1982). Tão logo se dá notícia das descobertas das primeiras lavras de ouro é grande o fluxo migratório para a região, e os primeiros núcleos populacionais são erigidos em curto espaço de tempo. O ativo demográfico deslocado para o que viria a ser a partir de 1720, a capitania de Minas Gerais era em sua grande maioria homens, fossem eles cativos ou não. Em se tratando dos reinóis, esses vinham com o desejo de se enriquecerem o mais rápido possível para voltarem à Portugal, mas muitos deles acabaram permanecendo por aqui (Holanda, 2015).

Eram para esses últimos os quais a administração da Coroa volvia seus olhos, por serem considerados os responsáveis pela instabilidade nas Minas, devido seu comportamento insubordinado e dados à lascívia por se aproximarem das negras, mulatas e índias e por isso serem pouco afetos ao casamento. Sobre tal situação dom Lourenço de Almeida, então governador das Minas, manifestou do seguinte modo:

Tudo se evitaria se grande parte dos moradores dessas vilas fosse casada, porque estes vivem sempre com mais sossego, atendendo a conservação de suas famílias e da terra aonde a querem perpetuar (...) Os poucos casados que há nessa terra são muito mais trabalhadores em desentranharem ouro da terra, do que estes solteirões que só levam o tempo em cuidarem de extravagâncias¹.

Devido a esse fato torna-se imperativa a constituição de famílias convencionais, por intermédio do sacramento do matrimônio, realizado entre brancos, que pudessem ampliar mais rapidamente a fixação dos colonos à terra. Isto porque o casamento na colônia, via de regra já era difícil, em virtude da pouca oferta de mulheres brancas aptas ao enlace matrimonial, e das altas somas que deveriam ser despendidas para a sua consecução. Esse ponto em particular constitui-se em algo com que se deliciaram os historiadores demógrafos, que a partir daí puderam traçar um perfil pormenorizado da família mineira setecentista fora do modelo convencional², servindo-se para isso de farta documentação paroquial.

Em não havendo considerável número de casamentos sacramentados pela Igreja, posto que, os pais em sua grande parte brancos optassem por uniões livres realizadas com negras, mulatas e índias. Esse tipo de uniões produzia uma prole ilegítima quase sempre afastada da presença paterna, posto que, esses pais acometidos que eram pela

1. Sobre haverem casamentos nessas Minas. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XXXI, 1980, p.110-111.

2. Essas famílias em sua grande maioria eram constituídas por uniões livres, quais sejam, uniões não celebradas no sacramento matrimonial convencional.

febre do ouro, andavam sempre daqui e dali a procura de novas lavras. Com isso tem-se, por conseguinte, a rarefação de famílias convencionais em grande escala, aquelas que produziam a fixação dos entes familiares em um determinado local sob o controle do pátrio poder. Face a esse comportamento demográfico peculiar na capitania (Souza, 1995) tudo passou a ser explicado pela mobilidade populacional: enfeitados, concubinato, ilegitimidade, fogos chefiados por mulheres, mulheres abandonadas, dentre outros.

No que se refere ao chamado “*aluvisionismo*” (Souza, 1995) da população mestiça, acredita-se que, de fato, o caráter itinerante da população mineira dificultou sensivelmente a efetivação de um maior número de matrimônios desejáveis na época, aqueles em que o enlace era feito entre um homem branco e uma mulher branca. Disso, contudo, reforce-se aqui as outras duas importantes dificuldades já citadas anteriormente: as pesadas somas que se deveriam desembolsar no custeio das taxas eclesiásticas e a pouca disponibilidade de mulheres brancas casadoiras.

Não se deve concluir, contudo, que o amasio fosse uma opção movida apenas pela lascívia dos primitivos colonizadores das Minas, como faz parecer as fontes da época, pois foi antes de tudo uma necessidade. Tal advertência se justifica pela frequente banalização que se faz do concubinato como se fosse um comportamento espontâneo e livre de culpa. Salvo os casos particulares, se fosse possível uma opção, a escolha se daria pelo casamento, não pelo concubinato.

Mesmo no reino, o concubinato só aparece com incidência sob determinadas situações em que existiam dificuldades na efetivação do casamento. A região do Minho, ao norte de Portugal, apresenta, no decorrer do século XVIII e início do século XIX, altíssima taxa de ilegitimidade³ em comparação com o resto de Portugal e demais países da Europa, apesar das constantes admoestações das visitas arquidiocesanas. Tal fato poderia se justificar, inversamente em relação a Minas Gerais, pela pouca existência de homens aptos para o casamento, uma vez que essa região foi responsável pelo fornecimento da maior parte do contingente migratório masculino para a região das Minas.

Ana Silvia Volpi, procurando discutir a tese de que a sociedade colonial, ao dar vazão à prática do concubinato, na realidade, espelhava uma situação em que o traço da heterogeneidade cultural seria decisivo, demonstra que a prática do amancebamento deveria ser percebida como algo também corrente no Minho, e que, inversamente ao que propõe a historiografia, o concubinato em Minas Gerais pode estar ligado às tradições importadas do norte de Portugal (Scott, 2001).

A autora, ao se preocupar excessivamente com a demonstração das similitudes entre o Minho e Minas Gerais, se ateve menos à explicação das razões que teriam motivado naquela região a prática do amasio, o que se relacionou à diminuta oferta de homens disponíveis para o casamento. Em virtude de ao norte de Portugal ser frequente a saída

3. Refere-se a correlação entre nascimentos de filhos legítimos - aqueles cujos os pais eram casados - e aqueles cujos os pais não eram casados e, portanto, eram filhos ilegítimos.

da população masculina para o ultramar, houve certa tolerância frente às mães solteiras que chegavam a representar até 15% ou 20% da população (Ramos, 1993).

Na América Portuguesa e, em especial nas Minas, embora a prática do concubinato fosse algo corrente - sendo a demografia histórica especialmente reveladora dessa realidade - algumas dúvidas podem permanecer sobre a forma como a sociedade se comportava perante os praticantes desse delito. Em especial observa-se em alguns documentos um tom de repulsa e condenação, no trato desse assunto.

O amancebamento visto como algo condenável por ser ofensivo a Deus, podendo causar a danação da alma, obviamente, provocava consternação na comunidade e mal-estar em quem o praticava, por essa razão a manutenção do segredo apresentava-se como algo de fundamental importância dentre os casais. O que era bastante difícil, posto que a tacanhice dos núcleos populacionais tornaria essa tarefa praticamente impossível. Portanto o casal concubinado ficava à mercê de seus vizinhos, que poderiam denunciar ou não o seu “escandaloso comportamento”.

Nas denúncias do amasio era muito comum os depoimentos virem qualificados com as expressões “público”, “notório e “escandaloso”, como uma espécie de superlativo ao delito. Isto se deve ao fato de que só se poderiam caracterizar o amasio com a anuência da comunidade, ou seja, a sua prática deveria ser do conhecimento da maior parte da população do lugar, e que ainda causasse escândalos dentre os moradores. Para se evitarem transtornos, a discrição, desde que possível, poderia ser uma saída. Isso se se pudesse escapar da vigilância dos vizinhos, que nas vilas da capitania de Minas Gerais, viviam via de regra, em casas parede-meia.

No que se refere ao uso dos vocábulos acima referidos, na esfera eclesiástica, o procedimento acima descrito se constitui também em uma postura usual, sendo que as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia são reveladoras a esse respeito, ao associar a caracterização do concubinato ao escândalo e a fama pública:

“Se alguma pessoa eclesiástica, ou secular, solteiros ou casados, que estejam amancebados com escândalo e disso haja fama na freguesia, lugar, roça ou aldeia ou na maior parte da vizinhança ou na rua⁴”.

Ao que tudo indica, a Igreja teria sido a responsável pela introdução da ideia do público e do escandaloso associada ao concubinato, o que permite concluir que, na realidade, a instituição sabia de suas limitações no combate ao delito, preferindo transferir para o seio da comunidade a responsabilidade da expurgação dos transgressores, reservando para si, na maior parte dos casos, o papel de executora da vontade da comunidade local.

A Igreja atuava prioritariamente nas consciências dos fiéis inculcando a condenação dos ajuntamentos carnavais fora dos cânones tridentinos. Isso era viabilizado pela ampla ação pastoral dos clérigos no interior da sociedade. A competência em expiar os pecados,

4. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, feitas e ordenadas por dom Sebastião Monteiro da Vide. Brasília: Biblioteca do Senado Federal, 2007.

reservada à Igreja, fazia com que, de uma forma, ou de outra, ela fosse lugar de passagem obrigatória àqueles que queriam redimir-se da culpa. Tratava-se, então, não de se extirpar totalmente o pecado, mas sim de administrá-lo a contento.

Equivale salientar que, em uma atmosfera de tamanha religiosidade, uma vez definido o que é pecado, há naturais mecanismos de adaptação (Gruzinsky, 2001) internos em uma dada sociedade. Necessário frisar que a adaptação, por sua vez, não produz um padrão único de comportamento, pois está associada intimamente à sociedade que a produz. Talvez seja isso o que deve ser considerado ao se debruçar especialmente sobre o problema do concubinato em Minas Gerais colonial. Por último, a presença da escravidão e o modo de vida tipicamente urbano dá contorno particular, à formação social que se constitui nas Minas.

O praticante do amasio, além de se vê também às voltas com sua consciência, sabe perfeitamente que está incorrendo em um crime passível de execração perante a comunidade. A comunidade, por sua vez, pode ou não se insurgir contra o transgressor. Sua atitude estará relacionada ao papel exercido por seu membro em seu interior. Talvez seja por essa razão que as petições formuladas às autoridades coloniais, denunciando o mau comportamento de indivíduos em particular, vêm sempre compostas a uma delação de amancebamento. É o que se depreende de uma carta escrita por dom Lourenço de Almeida à Coroa, ao se defender de algumas acusações feitas pelo clérigo Pedro Francisco de Hinojosa, preocupando-se primeiramente em desqualificá-lo dizendo que ele vivia

“Escandalosamente amancebado com uma filha de um tal Matheus do Coxo, até que fugiu com ela para o sertão deixando nessas Minas mais de cinco arrobas de ouro de dívida por cuja causa fugiu, e constam das citações e causas que corriam contra ele no juízo do vigário de vara...”⁵

No estudo da constituição da sociedade mineira setecentista convém considerar o transplante de muitas características da sociedade portuguesa, especialmente da região do Minho, responsável pelo fornecimento do maior contingente de imigrantes para a região das minas. Ana Silvia Volpi Scott, apresenta dados reveladores a esse respeito ao enfatizar as surpresas reservadas ao pesquisador brasileiro que não está a par dos resultados obtidos nas últimas décadas, acerca dos estudos de demografia histórica em Portugal. Em especial, a sociedade minhota, responsável pelo maior fluxo imigratório para a América Portuguesa, que apresentava elevada quantidade de nascimentos ocorridos fora do casamento legitimado pela igreja.

Sugere a autora ao pesquisador, a compreensão não só da evolução e a especificidade da sociedade colonial e suas articulações com a família (e vice-versa), mas sim a necessidade de procurar menos as diferenças, e mais as semelhanças ou permanências que apesar de tudo aproximariam as duas sociedades, instaladas nas margens opostas de dois mundos (ALMEIDA, 1992).

5. Sobres se defender o governador de algumas queixas que contra ele lhe são feitas em Lisboa, 10 de julho de 1729, Revista do Arquivo Público Mineiro RAPM, ano 31, 1980, pp.249-52

O caráter tardio da implantação dos pressupostos da reforma tridentina no tocante ao sacramento do casamento na região do Minho acabou também por contribuir para a permanência dos antigos costumes, dentre os quais figurava de forma incontestável a prática da mancebia.

Associam-se a esse fato os próprios instrumentos da lei que, ambigualmente, acabava por incentivar as uniões concubinárias. O casamento contratual, por exemplo encontrava refúgio nas próprias Ordenações, ao passo que o processo de legitimação tornava sempre possível o reconhecimento da prole obtida fora do sacramento do casamento (ALMEIDA, 1992).

Nada mais natural seria então concluir que o transplante dos costumes reinóis acabava, pois, por delinear a peculiar constituição da família mineira do século XVIII. Neste particular parece prevalecer certa unanimidade na historiografia. A pergunta então deveria ser alocada em outra direção: deve-se acatar a sugestão de Ana Silvia Volpi Scott e se debruçar nas regularidades existentes em uma face e outra do Atlântico? Ou ao contrário deve-se levar em consideração, a despeito das contribuições da cultura minhota, a fusão de culturas que também detinham tradições no tocante às relações maritais?

Ficar-se-á com a segunda opção por se considerar a sociedade mineira setecentista fortemente marcada pelos traços culturais dos três grupos étnicos que lhe dão contornos, embora a fusão com o elemento indígena fosse mais frequente nas zonas de conquista no final do século XVIII e século XIX.

No que se refere ao pressuposto maior dessa investigação, as particularidades da sociedade mineira expressas em sua economia, em sua geografia e na forma singular com que aqui se organiza, traduzem uma tipologia singular ao delito do concubinato. Não se quer, contudo, afirmar que nada se deva levar em consideração da transposição dos costumes do reino, o que se quer chamar a atenção, é que a despeito do caráter contraditório sugerido por Ângela Mendes de Almeida, no que se refere à legislação e aos costumes no tocante ao matrimônio, talvez se deva levar em consideração que em cada época as sociedades procuram erguer redes ou teias de significados para atos correntes, mais ou menos descortináveis à luz de preceitos normativos, os quais não só conferem unidade à estrutura da família como modelam profundamente a convivência que no seu interior se estabelece (ARAÚJO, 1996).

Feita essa breve introdução em que foi tratado o problema do concubinato, o passo a seguir será abordar como as autoridades locais e metropolitanas se posicionavam sobre o principal produto do amasio: os mestiços. Nesse sentido, verificou-se de modo volatizado nos diversos documentos compulsados, iniciativas de contenção à mestiçagem, sobretudo, no período que coincide com os governos de dom Pedro de Almeida Portugal (1717-1721) e de dom Lourenço de Almeida (1721-1732). Muito mais do que um emaranhado de atos dispersos, a hipótese é que havia na Capitania de Minas Gerais uma ação articulada entre diversos organismos de poder metropolitanos que visava, senão de todo suprimir

a *mulaticie*, pelo menos criar condições favoráveis para que houvesse a expansão da população branca. É o que se pode perceber a partir do documento citado

Uma das maiores ruínas que está ameaçando estas Minas, é a má qualidade de gente de que elas vão se enchendo, porque como todos esses povos vivem licenciosamente sem a obrigação de casados, vai havendo nelas tão grande quantidade de mulatos, que dentro em breves anos, será sem comparação muito maior o seu número que os dos brancos, e como estes tais mulatos, assim pelas conveniências que dá de si o país, como por serem herdeiros de seus pais, necessariamente hão de todo possuir cabedais, confesso a Vossa Majestade que será esta gente a mais perniciosa que pode haver nestes povos pela distância e largueza desses sertões, se faz muito dificultoso o poder de Vossa Majestade conservar nelas as tropas que bastem para dominar tão má casta de gente, e tanta quanta vai havendo e seguro Vossa Majestade que, sendo os mulatos de todo o Brasil muito prejudiciais, por serem todos inquietos e revoltoso, estes de Minas hão de ser muito piores por terem circunstâncias de ricos (...)⁶

A mestiçagem sempre foi associada pelas autoridades metropolitanas à constante instabilidade das Minas. Na medida em que iam avançando os anos do século XVIII, algumas iniciativas são tomadas com vistas a resolver o problema. Os governos de dom Lourenço de Almeida na Capitania de Minas Gerais e de dom frei Antônio de Guadalupe na Cúria do Rio de Janeiro (1725-1740) merecem destaque a esse respeito, por intensificarem o uso de medidas coercitivas à expansão da mestiçagem. Nesse sentido, a proibição do acesso à comunhão aos fiéis, que publicamente viviam em concubinato, constante na pastoral redigida pelo bispo do Rio de Janeiro em 1726 (RODRIGUES,2005), deve ser colocada lado a lado com a iniciativa do governador das Minas em patrocinar o casamento via a emigração de casais das Ilhas e a sugestão de que se impedisse a saída de mulheres das Minas sem a autorização real.⁷

A frequência de ilhéus citados nos livros de batismo e também nos livros de termos de testemunhas de devassas, com destaque para as mulheres, dá a forte impressão de que as ações de dom Lourenço de Almeida e de dom frei Antônio de Guadalupe tiveram alguma aplicabilidade prática, fazendo-se sentidas na ampliação dos casamentos entre brancos, posto que, essas medidas não visavam, exclusivamente, à promoção de matrimônios, mas também a desaceleração do crescimento da população mestiça⁸. Tome-se por exemplo, 1250 testamentos arrolados para a Comarca do Rio das Velhas, em que dentre os testadores, os ilhéus constituíam-se no segundo grupo imigrante mais expressivo, ficando à frente de adventícios oriundos de províncias como Beiras e Trás-os-Montes.

6. Sobre não herdarem os mulatos nestas Minas, 20 de abril de 1722, Revista do Arquivo Público Mineiro - RAPM, ano 31, 1980, pp.112-13

7. Sobre haverem casamentos nas Minas. Revista do Arquivo Público Mineiro - RAPM, 1979, v. XXX, p. 110-111.

8. Nos livros de devassa, sobretudo, há menções frequentes de indivíduos com origem de nascimento no bispado de Angra. Há ainda menção de nascidos na ilha de Fayal. O que ocorre na verdade é a absoluta inexistência de estudos sobre a presença de ilhéus nas Minas, estudos estes que seriam muito úteis na tarefa de se precisar as ações oficiais executadas no intuito de tolher a mestiçagem na região das Minas.

Ilhas	Outros reinos	Alentejo	Minho	Estremadura	Algarve	Trás-os-Montes	Beiras	Não Identificado	TOTAL
132	6	6	850	76	2	71	74	53	1270
10,39%	0,47%	0,47%	66,93%	5,98%	0,15%	5,59%	5,82%	4,17%	100%

TABELA 1: Testamentos Comarca do Rio das Velhas por naturalidade do testador (século XVIII)

Fonte: Banco de dados testamentos. Projeto Memória Social e Administrativa da Comarca do Rio das Velhas no século XVIII

Em 1727, dom João V determinou ao governador dom Lourenço de Almeida a composição de uma lista precisa na qual se apontasse a quantidade de pessoas que habitavam as vilas e as demais povoações, precisando-se quantos eram os brancos e os mulatos, bem como quantos eram os casados com mulheres brancas, mulatas ou negras e a extensão de cada uma das vilas e povoações⁹. Essa iniciativa da Coroa portuguesa também pode ser entendida dentro do esforço de contenção da expansão da população mestiça, cujo primeiro passo seria conhecer seu quantitativo (SOUZA, 1995).

No flanco eclesiástico, as cartas pastorais diocesanas foram instrumentos importantes na tentativa de contenção da já acentuada quantidade de uniões livres, vigorante nas Minas, e na conseqüente promoção do sacramento do matrimônio. Dom frei Antônio de Guadalupe veio pessoalmente às Minas, quando esta ainda estava colada à Diocese do Rio de Janeiro. O seu principal objetivo era combater as “iniquidades” dos mineiros, sobretudo, no que se refere ao costume de se amasiarem com suas escravas.

Outro instrumento muito conhecido de tolhimento da mestiçagem eram as devassas eclesiásticas. Um dos registros mais antigos dessas inquirições que se tem notícia no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana registra a passagem pela Comarca do Rio das Velhas, no ano de 1727, de uma comitiva visitadora que teve por alvo o Arraial Velho, pertencente à freguesia de Raposos, a freguesia de Roças Grandes e a vila de Sabará. Curiosamente, nas três localidades, só se apuraram casos de concubinato, destacando-se aqueles em que os próprios denunciantes eram também arrolados como réus da devassa. Ao final dos trabalhos realizados na vila de Sabará, o escrivão da visita teve o cuidado de relacionar todos os oitenta e cinco admoestados numa criteriosa organização por ordem alfabética.

LOCALIDADES VISITADAS	ADMOESTADOS POR CONCUBINATO
Vila de Sabará	85
Roça Grande	13
Arraial Velho	08

TABELA 2: Admoestados por concubinato- Comarca do Rio das Velhas (1727)

Fonte: AEAM, devassas 1727-1748, folhas 61.

9. Sobre remeter uma lista da gente de que se compõe as vilas e mais povoações destas Minas. Revista do Arquivo Público Mineiro -RAPM, ano XXX, 1979, p. 259. Não foram encontrados indícios de que a lista tenha sido elaborada.

Vale destacar o fato de que, em sua quase totalidade, os concubinários apontados eram homens brancos e que, no documento, há uma única menção a um indivíduo mestiço vivendo em concubinato, o que, certamente, não confere com a realidade daquela sociedade. O que se quer argumentar é que os alvos preferenciais da visita não eram os homens mestiços, e que os visitantes podem tê-los ignorado, bem como a prática de outros delitos cometidos por eles. Kathleen Higgins, em seu trabalho sobre os libertos para a vila de Sabará, no século XVIII, parece identificar quem eram os homens brancos que frequentavam as devassas, ao chamar a atenção para duas características presentes no contexto social da manumissão: “1) os colonizadores da região eram em grande parte *brancos*, mas raramente acompanhados de mulheres brancas; 2) nas primeiras décadas da era mineradora em Sabará, uma em cada quatro crianças mestiças (mulatas) alforriadas era reconhecida por seus pais, homens livres brancos” (HIGGINS, 1994). Observe-se ainda que o *modus operandi* dessa visita, ao dedicar atenção quase que exclusiva à população branca, na repreensão à prática do amasio, enquadra-se no discurso pastoral de dom frei Antônio de Guadalupe em dar maior ênfase às ações pastorais que tinham como pauta principal o combate à prática dos pecados da carne. Visto desse ângulo, em particular, vê-se claramente a evolução de um programa que articulasse a ação pastoral, as devassas diocesanas e mesmo as ações governamentais. A sincronia entre os discursos e as ações, até aqui demonstradas, evidenciam um projeto articulado de controle social¹⁰.

AMANCEBADOS	CATIVAS	FORRAS	LIVRES	MESTIÇAS	SEM INDICAÇÃO	TOTAL
Livres	37	13	10	1	18	79
Padres	04	--	--	--	01	05
Pardos	01	--	--	--	--	01
TOTAL	42	13	10	1	19	85

TABELA : Acusações de concubinatos na vila de Sabará (1727)

Fonte: AEAM: devassas 1727-1748, folha 61.

Na tarefa de aquilatar a função de cada elo da corrente que se produziu com intuito de obstar a mestiçagem deve-se considerar, como já apontado, que essas ações eram articuladas e tinham uma unidade de procedimento. Elas estariam presentes: 1) na redação das pastorais e na orientação das devassas diocesanas, que primaram por reprimir os casos de concubinato, 2) nas diversas petições endereçadas à Coroa que pediam a supressão do direito de herança aos mulatos e o impedimento a que esses viessem a ser eleitos camarários, na proibição de casamentos entre brancos e negras e mesmo mulatas 3) no consenso observado na documentação de que os mulatos eram os responsáveis pela inquietação da população das Minas, 4) na adoção de medidas

10. É bem provável que a Comarca do Rio das Velhas tenha sido alvo de novas visitas entre os anos de 1728 e 1733. Nesse sentido, deveria haver algum registro nos livros de batismo que atestassem tal presença, posto que os visitantes eram obrigados a visitar os livros paroquiais, como dispunham as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. No entanto, isso não é evidência suficiente da sua não ocorrência.

restritivas à saída de mulheres das Minas e do incentivo à migração de casais das Ilhas, 5) na escolha dos clérigos que viriam ocupar a diocese do Rio de Janeiro após 1726 e as paróquias das Minas.

Os conflitos decorrentes da miscigenação ocuparam grande parte do tempo das autoridades metropolitanas, na tarefa da obtenção da almejada estabilidade política das Minas. Ao contrário do que sugere grande parte da historiografia, as ações por elas empreendidas não se constituíram em atos isolados sem qualquer aplicabilidade prática. Muito antes pelo contrário, os grupos dirigentes agiram de modo organizado para tentar tolher a expansão da população mulata, fazendo uso de um diversificado repertório de ações. Como demarcado as formas de contenção aconteciam em várias frentes e obtiveram considerável grau de sucesso, ao tolher de forma significativa, o acesso aos mestiços do que mais se buscava naqueles tempos: a distinção que os faria nobres da terra, ao ocupar cargos que passaram a ser ocupados exclusivamente por brancos, após a outorga de leis restritivas pela Coroa. A condição de mestiço tornou-se impedimento legal a essa condição, ainda que eventualmente dispusessem de riquezas.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Ângela Mendes de. *O gosto pelo pecado Casamento nos manuais dos confessores dos séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, p.121.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1982.

ARAÚJO, Ana Cristina. A esfera pública da vida privada: a família nas artes de bem morrer. *Revista Portuguesa de História*, Lisboa, t.XXXI, vol.2, 1996, p. 342.

GRUZINSKY, Serge. *O pensamento mestiço*: São Paulo Cia das Letras, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

HIGGINS, Kathleen. *Licentious liberty in a brazilian gold-mining region: slavery,gender and social control in eighteen century Sabará, Minas Gerais*. Pensylvania State University Press, 1994, p. 145.

OLIVEIRA, Hilton César de. *A devassa da vida cotidiana: O delito do concubinato em Minas Gerais setecentista*. Dissertação de mestrado, Franca: Unesp, 1999.

RAMOS, Donald. From Minho to Minas: the portuguese roots of the mineiro family. *Hispanic American Review*, 1993, vol. 73, nº4, p. 645.

RAMOS, Donald. *Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz: a voz popular e a cultura popular no Brasil do século XVIII*. Lisboa: Estampa, 137-154.

RODRIGUES, Flávio Carneiro. *Cadernos históricos do Arquivo Eclesiástico de Mariana: As Visitas Pastorais do século XVIII no bispado de Mariana*. Ouro Preto: Editora dom Viçoso, 2005, p. 35.

SCOTT, Ana Sílvia Volpi. *Desvios morais nas duas margens do Atlântico; o concubinato no Minho e em Minas nos anos setecentos*. Guimarães: Universidade do Minho, 1998

SOUZA, Laura de Melo e. Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII. São Paulo: Graal, 1995.

ÍNDICE REMISSIVO

A

África 114, 115, 117, 119, 123, 124, 129, 130, 163

Annales 9, 63, 96, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 124

Autoridade 1, 26, 28, 66, 129, 130

B

Bakuba 114, 117, 119, 120, 121

Baluba 114, 119, 120, 121

Biografia 61, 64, 70, 105, 111

Bonpland 58, 61, 62, 63

Brasil Industrial 7, 9, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 181, 182

C

Casamento 1, 2, 3, 5, 6, 7, 10

Cidadania 7, 9, 28, 31, 66, 76, 81, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95

Colonização 7, 8, 1, 2, 13, 100, 105, 141, 142, 143, 151

Cultura Política 64, 65, 73

E

Eduardo Suplicy 7, 9, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94

Esquecimento 8, 44, 58, 59, 60, 61, 63, 75, 77, 83, 137

Europa 3, 23, 24, 25, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 51, 62, 81, 98, 99, 101, 108, 129, 130, 154, 155, 163

F

Fábrica 73, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 181, 182

Família 1, 2, 5, 6, 10, 17, 50, 51, 55, 65, 91, 92, 121, 122, 148, 151, 161, 174

Famílias Livres 8, 12, 15, 18, 20

Frederick Starr 7, 9, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 121, 124

G

Gastronomia 9, 153, 160, 163, 164

Gustavo Barroso 7, 8, 64, 68, 72

H

História 2, 7, 1, 10, 14, 21, 26, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 80, 82, 85, 86, 93, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105,

106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 117, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 153, 154, 157, 159, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 177, 182, 183
Historicismo 9, 96, 97, 99, 102, 103, 109, 111

I

ideal ascético 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47
Identidade 9, 26, 30, 31, 64, 65, 68, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 82, 83, 84, 94, 96, 105, 137, 140, 146, 150, 168, 170, 181
Iluminismo 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 154
Integração 8, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 52, 83, 89, 142
Intelectual 9, 49, 50, 55, 68, 69, 86, 87, 88, 89, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 101, 105, 107, 109, 110, 112, 127, 133, 134, 155, 161

L

Lei 7, 8, 6, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 61, 79, 87, 88, 90, 92, 93, 94, 142, 148, 160, 168

M

Memória 7, 8, 8, 58, 59, 60, 61, 63, 65, 66, 67, 68, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 106, 153, 164, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 177, 181
Mestiçagem 1, 6, 7, 8, 9
Militares 32, 64, 68, 70, 81, 83, 148

N

Nacionalismo 7, 64, 67, 72, 151
Nada 6, 16, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 47, 48, 55, 122

O

Ocupação Territorial 12, 20, 141

P

Paracambi 7, 9, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 177, 181, 182
Patrimônio 9, 13, 69, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 116, 125, 126, 127, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 166, 167, 170, 171, 172, 173, 177, 181
Pobres 7, 8, 12, 15, 16, 18, 20, 21, 89, 155, 156

Q

Querer 35, 38, 39, 40, 41, 47, 48, 136

R

Razão 4, 5, 36, 39, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 65, 73, 87, 94, 101, 155

Recife 7, 9, 12, 85, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165

S

Senador 7, 9, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 94

Sérgio Buarque de Holanda 7, 9, 96, 98, 99, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112

Sociabilidades 9, 65, 86, 88, 124, 153, 160, 161, 162, 163, 164

Sociedade Civil 34, 49, 51, 53, 89

Sufrimento 7, 8, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47

T

Tempo 8, 2, 10, 14, 15, 21, 44, 51, 53, 55, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 77, 97, 99, 101, 106, 107, 112, 117, 120, 126, 135, 138, 140, 150, 154, 158, 162, 168, 169, 170, 172, 173

Terras 7, 8, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 79, 98, 103, 115, 119, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 137, 138, 141, 142, 143, 144, 148, 149, 158, 169

Tolerância Religiosa 49

U

União Europeia 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34

V

Voltaire 7, 8, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57

Vontade 4, 27, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 99

 **Atena**
Editora

2 0 2 0